



Volume 3 Associativismo

→ Lucília Salgado
→ José Mariano Gago
→ Alberto Melo
→ Lucília Salgado

Pensou-se, à partida, em dois momentos altos que este ano se comemoram: os 40 anos do PNAE-BA (Plano Nacional de Alfabetização e de Educação de Base dos Adultos) e os 20 anos da ANEFA (Agência Nacional de Educação e Formação de Adultos).

Mas há um antes e um depois em que queremos continuar a colaborar.

1. Falaremos de um tempo, anterior ao 25 de abril, como uma homenagem às Associações – e respetivos militantes – que nos seus espaços, em situações de Resistência, corriam o risco de criar e desenvolver a educação, inserida noutras práticas sociais, que oficialmente lhes era negado.

O Outro Lado da Educação — Para além do instituído

Revista Crítica de Ciências Sociais
N.º 29
Fevereiro 1990

Lucília Salgado

(...)

Talvez na senda da tradição cultural e educativa praticada nas Associações populares desde os finais do séc. XIX e princípios do XX, é possível encontrar, durante todo o período da Ditadura, núcleos consistentes de resistência no campo cultural, quer no sentido do desenvolvimento duma cultura própria, quer na procura de condições de acesso aos conhecimentos e práticas produzidas exteriormente.

O incremento, em número e em qualidade, destas actividades regista, no entanto, valores mais significativos nos anos 70, tendo o seu pico máximo nos anos que se seguiram ao 25 de Abril. No largo espectro das iniciativas de base popular, a cultura e educação têm um lugar privilegiado, aparecendo de forma mais ou menos imbricada em todos os combates sociais.

<https://www.ces.uc.pt/publicacoes/rccs/artigos/29/Lucilia%20Salgado%20-%20O%20Outro%20Lado%20da%20Educacao%20-%20Para%20alem%20do%20instituido.pdf>



O coração da cultura bate ao ritmo da prática humilde das bibliotecas de bairro, dos grupos de alfabetização, dos grupos corais, do teatro amador e dos pequenos cineclubes; vive do sangue e do esforço de quem se junta e age, sem ficar à espera que alguém se resolva, talvez um dia, a mudar o mundo que nos diz respeito. (...)

José Mariano Gago (JMG) (1978) *Homens e Ofícios*

Nesse tempo (1979), para além de um questionário enviado a todas as instituições inscritas na DGEP (Direção Geral de Educação Permanente), foram feitas entrevistas em profundidade, a 35 animadores/professores envolvidos em atividades de educação de adultos, distribuídos por todo o país, considerando, alguns deles que este convite para serem ouvidos construiu o maior apoio que o Estado lhes deu pelo reconhecimento. JMG sabia ouvir e aprender a partir do que ouvia Pouco depois, em Março de 1980 dizia numa longa entrevista concedida ao Jornal de Educação:

“De facto, há um largo movimento de projetos e de ações de educação popular de base depois do 25 de abril que formam, de certo modo, um movimento social de educação permanente; não se restringem a uma categoria particular com certas habilitações, não se fecham entre as quatro paredes de uma escola, mas aparecem como formas alargadas de vida social em movimento, apropriando-se de novo espaços e, por isso mesmo, educativas.

Tinham encontrado a força social (que não era mais do que a sua vitalidade e criatividade) para levar ao aparelho de Estado a ideia de uma outra maneira dos serviços públicos trabalharem ligados às pessoas, de serem educativos, de abandonarem, inclusivamente, a linguagem dos formulários, e de adquirirem a linguagem das pessoas que a eles se dirigem.”

E mais adiante: “Porque, na realidade, toda a gente sabe que se aprendem coisas fora

Numa frase: Educação Permanente é verbo, e Educação Formal é substantivo.

das escolas sem que tal pareça tornar

necessária uma atividade específica nesse campo... Não se aprende a falar, nem a andar, nem a comer nas escolas; aprender a falar é uma atividade social exterior a qualquer aprendizagem formal. O mesmo se passa com a maioria das profissões, ainda que, aí, as aprendizagens formais – não sendo tudo possam contribuir significativamente. Naquilo a que chamamos educação permanente, educação popular, o que é importante não são tanto as coisas, os conteúdos que se aprendem que são, o essencial numa certa ótica da escola. Por isso, nunca falamos em educação permanente em termos de disciplinas. Não se trata desse tipo de aprendizagem formal da História, da Geografia, etc. Educação Permanente tem sempre a ver com a aprendizagem de práticas. <http://www.apcep.pt/userfiles/Volume%204%20-%20EdA%20em%20Portugal%20-%20PDF.pdf>



E como é que se aprende? (Lucília Salgado)



De mil e uma maneiras: (Alberto Melo)

olhando para fora,

olhando para dentro,

tocando,

sentindo,

ouvindo,

amando...

fazendo.

Quando me dizes que hoje se fala cada vez menos no movimento associativo, eu não sei se isso se passa apenas ao nível da comunicação social. Não se fala dele porque não interessa falar, não corresponde ao projecto implícito da classe política portuguesa, seja ele de uma ideologia ou de outra; ou será também porque o próprio movimento está a perder o pé ou a perder algum dinamismo? (Alberto Melo)

É ainda de salientar a importância que JMG atribui ao Associativismo e ao seu papel no desenvolvimento educativo, das pessoas, das comunidades, do país. Quando se começou a desenvolver o uso de computadores perguntei ao JMG o que iria agora acontecer ao associativismo, se não haveria o perigo das pessoas terem menos necessidade de se encontrar. Respondeu-me

“Acho que não. Creio que vai aparecer um novo tipo de associativismo. Vamos ter de ficar atentos.”

Não voltei a falar com ele desse assunto mas hoje compreendo o alcance da sua posição.

Associativismo, Educação Popular e Escola: que relações e que perspectivas?

O papel do Movimento Associativo no estabelecimento de um novo modelo de desenvolvimento social, as relações entre associativismo, educação popular e escola, as possíveis formas de ligação dos intelectuais aos projectos associativos locais, as perspectivas para uma

iniciativa com o GAMIA — Grupo Aberto ao Movimento Inter-Associativo, são algumas das questões abordadas num encontro com Alberto Melo, antigo director-geral da Educação Permanente. Participaram no encontro Lucília Salgado e Mário Ribeiro.

Mário Ribeiro (M.R.) — O GAMIA aparece como iniciativa e proposta de pessoas que têm estado muito ligadas ao Movimento Inter-Associativo e que têm acompanhado de perto os Encontros de Associações e Animadores Culturais que se têm vindo a realizar. Estas pessoas têm reflectido e acham que há uma certa necessidade de juntar muito do material que está disperso, não só a do-



Lucília Salgado, Alberto Melo e Mário Ribeiro
em reunião para as perspectivas do desenvolvimento
Jornal da Educação

ASSOCIATIVISMO, EDUCAÇÃO POPULAR E ESCOLA: QUE RELAÇÕES, QUE PERSPECTIVAS? ¹

O papel do Movimento Associativo no estabelecimento de um novo modelo de desenvolvimento social, as relações entre associativismo, educação popular e escola, as possíveis formas de ligação dos intelectuais aos projectos associativos locais, as perspectivas para uma iniciativa com o GAMIA (Grupo Aberto ao Movimento Inter-Associativo) são algumas das questões abordadas num encontro com Alberto Melo (AM), antigo Director-Geral da Educação Permanente. Participaram no encontro Lucília Salgado (LS) e Mário Ribeiro (MR).

¹ In *Jornal da Educação*, nº 41, Fevereiro de 1981, pp. 9-13.

(...) AM – Eu creio que seria preferível começar pelo movimento associativo, que me parece ser a questão prévia: o papel importante que o movimento associativo teve em Portugal mesmo antes do 25 de Abril, como um dos espaços possíveis de resistência à opressão e dominação política e económica. E depois do 25 de Abril também, o movimento associativo nas suas novas formas de organização da vida social a nível local, da tentativa de dar satisfação às necessidades seculares mais prementes, e creio que o que de mais importante houve no domínio da educação popular foi a criação desses colectivos de organização local e o desenvolvimento que esses mesmos colectivos tomaram. Educação popular, no sentido em que grupos de dominados, social e culturalmente dominados, tentaram tomar em mãos grande parte dos seus destinos e ocupar um espaço na vida social portuguesa; mesmo que não falem em alfabetização ou educação de adultos ou educação básica. Nesse movimento, está a Educação em prática, está a educação de adultos a viver e a manifestar-se. Quando me dizes que hoje se fala cada vez menos no movimento associativo, eu não sei se isso se passa apenas ao nível da comunicação social. Não se fala dele porque não interessa falar, não corresponde ao projecto implícito da classe política portuguesa, seja ele de uma ideologia ou de outra; ou será também porque o próprio movimento está a perder o pé ou a perder algum dinamismo? É certo que não estado cá, em permanência, mas durante o ano de 1980, em algumas semanas de passagem pelo país e em deslocações que fiz, desde o Gerês até Moura, pude observar que o movimento associativo estava ainda muito vivo, havia projectos em todos os grupos com que contactei, havia projectos de grande alcance, havia um investimento humano e material muito importante em muitos sítios.

LS – Eu gostava que tu pegasses na problemática do Movimento Associativo / Educação Popular, quando dizes que o movimento associativo é ele próprio educação popular.

Como é que passa a educação?

Como é que se aprende?

Gostaria que desses alguns exemplos. Nós estamos muito marcados pela educação formal e, quando se fala em educação, pensa-se logo em ensino e escola.

Admite-se que um curso de alfabetização seja educação, mas já não se vê facilmente como a dinâmica associativa é ela própria educativa, não estamos habituados a ver como aí se adquirem capacidades práticas.

AM – É um princípio que não é exclusivo da educação de adultos, mas pertence à educação em geral. Tudo o que se faz no sentido de uma maior autonomia das pessoas, tanto da criança como do adolescente ou do adulto, por exemplo, participação dos alunos na vida escolar, com um maior controlo sobre as coisas e as situações, sobre o espaço em que

se vive e sobre as instituições em que nos enquadramos, corresponde a um processo de aprendizagem, tanto em relação à inserção social como em relação ao desenvolvimento pessoal.

LS – E como é que se aprende?

AM – De mil e uma maneiras: olhando para fora, olhando para dentro, tocando, sentindo, ouvindo, amando... fazendo. No fundo, a educação do tipo tradicional, em que se vem sozinho para um edifício ou uma sala, para se ser ensinado, parece-me ser mais um processo de desaprender, parece-me ser um processo de confirmação da dependência como fatalismo e que, no fundo, reflecte a própria alienação e dominação sofridas na sociedade. Se a escola pretende ser mais do que isso, ela tem de ser “subversiva” no sentido em que deve opor-se à corrente dominante que é a de tornar o indivíduo cada vez mais dependente da sociedade em que está, cada vez menos consciente do que se passa à sua volta. A escola deve procurar resistir à divisão social do trabalho vigente, que distingue os que mandam e os que são mandados, os que ensinam e os que são ensinados, que impõe uma compartimentação das pessoas como projecto social dos regimes económicos e políticos em que vivemos. Essa divisão social é feita em nome de uma sociedade tecnológica, de um desenvolvimento económico e social, etc. Se a escola, as instituições educativas em geral, pretendem educar para a libertação e opor-se a esta tendência dominadora e dominante por parte das classes dirigentes, terão de adoptar uma estratégia de aprendizagem no sentido da autonomia das pessoas, tanto a nível individual como a nível da classe social em que se inserem, dos grupos ou colectivos que escolhem para participar, agir, viver. Por isso eu dizia que a educação passa por uma tomada de consciência de que é possível controlar mais a vida, tanto a vida pessoal como a vida social; é possível saber melhor o que se passa, é possível desafiarmos e opormo-nos ao que é considerado como saber fixado na sociedade, que muitas vezes é um saber mistificado. Portanto, a educação tem de passar também por uma análise crítica daquilo que é dado como conhecimento, como saber, pela cultura dominante. Se as sociedades estão organizadas no sentido de haver uns que trabalham, uns que recebem lucros, uns que mandam, uns que obedecem, a organização de colectivos a nível local, que pretendem dar satisfação a necessidades, através de uma organização que é gerida pelos próprios, é já um primeiro passo para a superação dessas estruturas de domínio social. É nesse contexto que sublinho o aspecto profundamente educativo do movimento associativo, como fase e como método de uma aprendizagem válida e consciente. Como método, porque, uma vez que grupos da população se organizam entre si e tomam o controlo desses colectivos, não permitirão mais tarde que a educação se faça através de um sistema burocratizado, que seja imposto de cima. Tentarão adoptar o mesmo padrão associativo às várias práticas em que se vão empenhar, desde a saúde comunitária à organização cooperativa da economia, enquanto sob o aspecto educativo, esta abordagem deverá conduzir à autogestão pedagógica e não à imposição de padrões escolares convencionais.

LS – Tu criticas um certo número de conhecimentos mistificadores que são transmitidos socialmente. Mas não existem nesses conhecimentos certos saberes que seriam úteis á vida das pessoas se estivessem na sua posse? Não é possível retirar-lhes esse carácter mistificador e difundi-los socialmente em benefício do cidadão? O movimento associativo não poderia fornecer o quadro de aprendizagem, ser um terreno privilegiado de transmissão desses saberes?

AM – Eu creio que os saberes se podem distinguir entre saberes de dominação e saberes de libertação, não tanto pelo seu conteúdo como pela utilização que se faz deles. Há certamente saberes, informação, opini-

ões, que no seu conteúdo são já o resultado e causa de dominação social. Há ideologias que são transmitidas como se fossem saberes e que pretendem ser aceites acriticamente, passivamente, por parte das populações como fatais e inevitáveis; há situações cuja alteração está perfeitamente ao alcance das pessoas, se o quiserem. A organização da produção, como existe actualmente, é dada como facto natural, inevitável, dentro do progresso tecnológico das sociedades, o que no fundo não é mais que uma ideologia político-económica apresentada como dado inelutável na História. Nesses saberes, ou antes ideologias camufladas em saberes objectivos, há um projecto de fechar horizontes, de levar pessoas a aceitar uma série de situações como destino, como fatalidade, como resultado de um processo objectivo. Mas é principalmente na utilização que se faz desses saberes que eu encontro a dicotomia, a diferença, entre dominação e libertação. Aqueles que obtiveram um determinado tipo de saber vêm depois ocupar uma posição de supremacia social em nome da posse desses saberes, porque sabem que devem ser considerados superiores e entram em relação com os outros nesse pressuposto de superioridade. Isto ocorre dentro do sistema burocrático de ensino, como se dá depois em muitos outros níveis da sociedade: ao nível da produção, dos serviços públicos, etc., sempre que a hierarquia se pretende legitimar pela distinção na aquisição de saberes; daí os níveis de ensino em primário, secundário, superior, reflectindo a pirâmide social de dominação.

Agora, o movimento associativo horizontaliza a educação. Todo o saber (que é dado no sistema burocrático de ensino através dos níveis hierarquizados) se contém num só plano dentro dum quadro associativo. Quando se trabalha com adultos, e às vezes também com crianças, pode estabelecer-se um processo de aprendizagem, assente nas necessidades e interesses das pessoas, em que o grupo começa por definir aqueles problemas que tem mais a peito e que quer debater. E não são biologia ou mineralogia (ninguém se interessa por isso como tal), são sim os problemas que têm a enfrentar no seu dia-a-dia, problemas do meio social em que vivem, problemas do próprio desenvolvimento pessoal. O problema da vida e da morte é um problema fundamental e não está em nenhum programa escolar. A relação entre as pessoas, entre o homem e a mulher, a família, o propósito da existência, o que é a vida... Eu não quero ver a educação cingir-se apenas aos aspectos ditos relevantes ou utilitários (por exemplo, como é que se transforma a vida social para melhorar a condição de cada um), mas alargar-se a outros níveis, como o “místico” ou transcendental, que normalmente temos tendência a recusar e que me parece ser fundamental debater. Não se pode esquecer esta dimensão mística, mística no sentido em que há problemas que não são redutíveis à ciência, porque não o podem ser, porque o método científico que foi descrito desde Galileu a Descartes é um método experimental, eficiente e (supostamente) objectivo para explicar e agir sobre um determinado aspecto da vida. Não podemos, porém, reduzir toda a vida humana (e outra) ao cientismo e, se a escola quando se pretende moderna é normalmente uma escola baseada na ciência, é também uma escola que reduz as necessidades e os anseios das pessoas ao “explicável”. Quando, por exemplo, discutimos em grupos de adultos sem qualquer preocupação de nos cingirmos a um programa, vem muitas vezes à tona este tipo de problemas, para os quais os próprios educadores (cientificamente formados) não estão preparados; porque são problemas que eles não sabem resolver e, relativamente a esses problemas, não têm qualquer superioridade pedagógica. São problemas que os afligem, como aos outros, e que apenas se podem discutir horizontalmente. Eu costumo dizer, façamos um parêntesis, acerca do misticismo, que sou uma pessoa “religiosa” (isto é com preocupações transcendentais) que não acredita em Deus, pois esta dimensão, que poderei chamar também “humanista”, me parece deveras importante. É o salto qualitativo do animal para o ser humano, que na base apenas da ciência contemporânea se não consegue explicar devidamente, nem nas suas origens nem quanto ao desenvolvimento de todas as potencialidades.

LS – Sim, mas no outro campo, no da ciência, não há, apesar de tudo, conhecimentos que, sendo apropriados pelas comunidades, podem permitir tornar-lhes a vida melhor e que são conhecimentos do campo

científico? Estou a lembrar-me ter visto uma reportagem na televisão em que as pessoas diziam que iam à Clínica da Cova da Piedade porque o médico lhes explicava a doença que tinham e que só tinham pena de não conseguir perceber mais, para poderem também decidir sobre o seu corpo. Portanto, há aqui, de facto, conhecimentos que as pessoas gostariam de possuir. Quem fala da saúde, fala de outros domínios, ligados por exemplo à agricultura: as pessoas gostariam de perceber se os produtos que lhes propõem são úteis aos seus campos, às suas colheitas, quais as consequências da sua nutrição e mesmo que outras alternativas podem ter. Há, portanto, penso eu, uma série de conhecimentos de carácter técnico-científico que seriam úteis para todas as pessoas. Precisamente, para se apropriarem deles e não serem manipuladas, como tu dizes.

AM – Considero tudo isso fundamental. As aquisições do património cultural da humanidade, desde o desenvolvimento científico que se deu nos últimos três ou quatro séculos, têm permitido a melhoria real das condições de vida, no aspecto da longevidade, da comunicação entre as pessoas e entre os povos, e muitos outros. São aquisições da humanidade e são passos em frente para uma vida melhor. Não se pode fazer miserabilismo e dizer que a pessoa mais completa é aquela que vive na ignorância e na miséria; que essa é que descobre o seu ser verdadeiro, a sua identidade. A um nível social, estou convencido que há um conjunto de anseios, de necessidades, que só emergem quando já está assegurado um mínimo de condições materiais, se não a pessoa viverá obcecada pela sobrevivência.

MR – Eu queria pegar no que disse a Lucília. O Alberto Melo deu aí um salto quando falou que a prática da autonomia e do trabalho associativo podia passar da associação para a saúde e da saúde para os aspectos económicos, para a empresa. Afinal, não se trata só da melhoria da qualidade de vida individual, mas do projecto de desenvolvimento social, que seria feito de outra maneira. A pergunta é: como é que tudo isto se integra numa “nova proposta”, a que poderemos chamar modelo de desenvolvimento. E um outro modelo, que nós acreditamos que é a própria transformação da vida?

AM – Em relação às alternativas de desenvolvimento, realmente não há receitas, ninguém as tem, eu muito menos. Tendo vivido em Inglaterra e em França, durante alguns anos, venho observando uma crise que me parece irreversível quanto a determinado tipo de desenvolvimento baseado no lucro e numa estrutura burocrática de controlo. Não posso dizer que seja para amanhã a adopção de um modelo totalmente diferente, mas já está a começar a existir e a crescer a contracorrente, aquilo que poderá tornar-se um processo quase dominante, ou pelo menos capaz de desafiar os pilares sociais dos sistemas vigentes, hoje em crise; disso não tenho dúvidas. O facto de os regimes económicos e políticos não conseguirem controlar a inflação, não resolverem o problema do desemprego ou as necessidades energéticas, enquanto aceleram a corrida aos armamentos, o stock nuclear, tudo isso se reflecte em sucessivas crises que atravessam todas as estruturas. É a crise da saúde, a crise da educação, é a crise da adolescência... Isso prova que aquilo que nos dizem ser natural e inevitável, aquilo que nos dizem ser o sistema mais racional, o único sistema que se pode pensar para satisfazer necessidades materiais e viver em sociedade, está muito longe de ser perfeito e, pelo contrário, parece estar numa recessão muito profunda. Desde o fim da 2ª Guerra Mundial, o Estado ganhara legitimidade pelas suas características de Estado-Providência, porque organizava hospitais e estabelecimentos de ensino para a população, coordenava a urbanização, garantia o pleno emprego, dava casas e alojamento, etc., o que melhorou substancialmente a qualidade de vida, pelo menos, nos países da Europa industrial. Este Estado-Providência está hoje, e rapidamente, a desaparecer. Os sistemas de previdência social estão a ser sabotados na maior parte dos países e é isso no fundo que prejudica as populações mais dominadas e as leva a situações críticas de falta de apoios. Também é crítico para a própria classe política,

que começa a ver desaparecer a base de legitimação, que lhes provinha desse mesmo papel de Estado-Providência.

O que me parece, agora em Portugal, é que com o 25 de Abril, desde há 6 anos, se procurou assentar o poder político, já não na polícia e na repressão (como era próprio do fascismo), mas no aspecto utilitário dos governos, no seu carácter programático, o que iria resolver um certo número de problemas da população. Ora, este projecto parece-me condenado, mesmo a médio prazo, na medida em que se assiste já lá fora à queda, ao desmoronamento, desse tipo de Estado-Providência. E, pelo contrário, assiste-se cada vez mais, ou por necessidade ou já como projecto social, a formas de auto-organização das populações, não esperando por aquilo que o Estado-Providência possa dispensar, mas procurando entre elas a satisfação de vários tipos de necessidades. Há realmente escolas de pais que se estão a criar fora do aparelho de Estado, pais que se reúnem para dar aos filhos uma educação diferente da educação burocrática; há cooperativas de todo o tipo de produção, há aquele processo que já existe há vários anos nos Estados Unidos, em Inglaterra ou em França, duma certa fuga à cidade: pessoas a quem revolta e aliena a corrida das ambições, a que chamam “corrida de ratos”, e procuram uma vida diferente, comunitária, com a auto-suficiência que possam atingir. Há o movimento das mulheres, relativamente recente, que também se opõe frontalmente às estruturas sociais baseadas não só na dominação do sexo masculino em relação ao sexo feminino, mas também na prevalência de certas características de personalidade que são predominantemente masculinas, como competitividade, agressividade, vontade de poder. Há movimentos operários que se opõem ao mesmo tempo a este tipo de Estado-Providência, pela dominação burocrática a que chegou, e às burocracias sindicais, visando reorganizar a produção. Por exemplo, algumas fábricas em Inglaterra foram levadas à falência por uma administração que não via lucros imediatos e aí colectivos operários fizeram planos alternativos para manter a actividade, não para a geração de lucro, mas para a satisfação de necessidades humanas: fábricas que produziam torpedos e passam a produzir máquinas de diálise renal, o que tecnicamente (e aqui está como o conhecimento científico e técnico é deveras importante) parece ser relativamente fácil. É possível realizar um grande número de conversões na produção em máquinas que estão hoje a produzir para a destruição e poderão passar a produzir para a saúde e para a libertação, o que está relacionado com a pergunta de há pouco, de como é importante apropriarmo-nos de saberes técnicos para os utilizarmos numa perspectiva radicalmente diferente.

MR – Pode considerar-se que a perspectiva desse novo modelo de desenvolvimento, que as pessoas procuram e por que anseiam, é essa passagem do ter para o ser. Até agora, as pessoas sentiam-se bem em ter coisas e o papel do Estado-Providência era colmatar isso, mas tal não corresponde à auto-afirmação das pessoas, ao seu crescimento, à sua participação, à sua intervenção na sociedade. Hoje assiste-se cada vez mais a que as pessoas não queiram coisas mas queiram ser agentes participativos e transformadores da realidade. Isso significa que, em termos de construção de uma nova maneira de ver a vida e do tal “desenvolvimento”, as pessoas já conseguiram dar esse salto e já se situam aí?

AM – Não podemos dizer que todas as pessoas (nem a maioria) estão já a esse nível. Ainda são experiências pontuais, mas este movimento está a crescer. E o facto de alguém – nem que seja uma só pessoa no mundo inteiro – pensar nisso e tentar fazê-lo mostra que é um projecto humano, um projecto real, mesmo que sejam só hoje 10, 20 ou 100. Há um projecto de grupo, há uma alternativa que é apresentada, que é proposta socialmente e que é realizável, porque há quem a realize. Que isso venha a tornar-se na regra para toda a sociedade, nem sei se é fundamental. Claro que é fundamental atacarmo-nos aos poderes estabelecidos, que tentam reprimir esse movimento, movimento que viria reduzir ou destruir privilégios adquiridos à sombra do regime de produção e de controlo existente. A um determinado momento, quando o movi-

mento de autonomia crescer até certo nível, crescerá concorrentemente o grau de repressão, e eu creio que nos aproximamos desse momento de embate. Até hoje, a resposta, pelo menos nos países ditos avançados, tinha sido dada pelo tal Estado-Providência: “é melhor irem a uma clínica que é paga pelo Estado, onde vocês têm médicos experimentadíssimos, do que estar a organizar uma autogestão clínica, com certeza menos segura...”. Portanto, o Estado tem pago a neutralização deste movimento através de respostas de prestígio. Por exemplo, o Centro Beaubourg ou Pompidou, em Paris, é uma ilustração de como o Estado resiste ou combate os movimentos culturais que pululam por toda a França, metendo ali um símbolo do que é a cultura e “dizendo”: “ninguém consegue fazer um Beaubourg em autogestão; vocês, na vossa aldeia ou no vosso bairro, nunca farão isto!”. E aí está um “efeito lateral” de iniciativas oficiais culturais com um fim sumptuário-repressivo. Fim repressivo, entendamos, não é só proibir as coisas, é também dar, subsidiar e financiar projectos tais que, pelo seu gigantismo, imediatamente demonstram o carácter “anão” dos outros projectos, auto-organizados, e assim os desmoralize. É também a BBC, em Inglaterra, cuja qualidade e presença constante na sociedade inglesa “não permite” conceber ateliers colectivos de televisão. Esta culminação da divisão social do trabalho só é possível num Estado com dinheiro para gastar, mas hoje precisamente a crise económica parece estar para durar, crise que vinha a ser evitada, digamos, por um preço artificialmente baixo do combustível e pela mão-de-obra barata fornecida pelos imigrantes. O que hoje se vê é desemprego, inflação, aumento dos custos de energia, etc. Portanto, não vejo que essa dimensão, essa perspectiva de Estado-Providência e Estado-Cultura, como resposta aos movimentos autónomos, possa continuar. Por um lado, teremos um crescimento desses movimentos autónomos, até por necessidade, pois começa a haver cada vez menos facilidades oferecidas a nível oficial. Por outro lado, o Estado-Providência, com menos meios para apresentar soluções de grandiosidade e recuperação, poderá ter de recorrer a métodos repressivos mais directos. O choque dar-se-á em qualquer altura. (...)

Acho que o “intelectual” não deve abdicar da especificidade da sua função de intelectual. Há anos atrás, houve um certo movimento de repúdio da condição de intelectual, indo para a fábrica, como Simone Weil fez nos anos 30 e como vários intelectuais maoistas faziam, por exemplo em França, trabalhando nas fábricas. Eu tenho a impressão de que resulta daí um empobrecimento para todo o movimento. Não é que seja mais pobre ser operário que ser intelectual, mas há, a meu ver, um empobrecimento global, porque tanto a causa operária como as causas da libertação e da autonomia social têm necessidade de uma abertura de perspectivas, de uma actuação cada vez mais globalizante. E o intelectual que se recusa a si próprio para poder juntar-se às massas populares passa a ser só um entre milhões. Não vai assim fortalecer o movimento, por ser mais um, mas pode, mantendo a sua especificidade, contribuir para dar ao movimento uma perspectiva alargada. Por exemplo, em relação às associações locais, porque é neste domínio que estamos agora a discutir, as associações têm grande força, pela relevância, utilidade e conhecimentos de actuação, mas revelam também, em geral, certa pobreza quanto a perspectivas de nível nacional ou internacional. Normalmente, não há no grupo quem represente uma dimensão que vá para lá do local. “Muito bem, conseguimos resolver este problema local”, mas a localidade não é uma ilha. Vamos ver que vão surgir problemas, o grupo vai morrer por dentro se não se abrir para fora, pois há sempre na vida de uma associação local pontos críticos de desenvolvimento. Ou são vencidos pela frustração da derrota ou muitas vezes são vencidos pelas limitações de vitórias, porque conseguiram aquela vitória limitada mas terão de ficar por ali. O intelectual tem a possibilidade de contribuir para a necessária abertura e progressão, exprimindo a insatisfação optimista que é garante de desenvolvimento permanente. Uma vitória limitada transforma-se em derrota se se parar aí e o intelectual pode contribuir para a continuação da dinâmica, porque isso faz parte do tipo de saberes que normalmente adquiriu. Prever o tipo de dificuldades que vão aparecer à escala nacional, prever os aspectos repressivos e recuperadores da sociedade em geral, organizar o tipo de apoios

possíveis a nível internacional, comparar com experiências semelhantes quês e encontram já dois passos mais à frente (...) O que é que o intelectual pode trazer ao movimento associativo? Em que qualidade? Eu acho que António Gramsci é fundamental neste tipo de análise com o seu conceito de “intelectual orgânico”. Paulo Freire e outros brasileiros estão a trabalhar também neste sentido. (...)

LS – Em Portugal, existem as associações e o Estado, ao qual se atribui quase em exclusivo a função de apoiar as associações. Eu queria que tu discutisses um bocado este problema e que contasses o que se passa lá fora...

AM – O que se passa lá fora, a meu ver (se podemos falar assim de uma forma tão geral) é o chegar ao fim de uma fase do tal Estado-Providência. O vício que existiu em muitos países, em muitos governos, vício que foi até muitas vezes mais da esquerda que da direita (para falarmos em termos políticos) foi de criação, por parte do Estado, de alternativas à organização local. A criação de Casas da Cultura, por exemplo, em França ou na Alemanha, com edifícios bastante luxuosos e espaços formidáveis construídos com dinheiros públicos. Sem participação prévia dos cidadãos sobre as suas funções e características, normalmente a partir de uma “maquette”, mais ou menos igual para todos e feita por especialistas. Fazem-se as obras, com tapumes à volta, e o fim de uns meses está o trabalho terminado, faz-se a inauguração, corta-se a fita... e agora venham daí as pessoas para se cultivarem ou até criar cultura. Criou-se entretanto uma barreira muito grande e as pessoas não entram, o espaço nunca foi delas, não o vão agora ocupar. Isto sucedeu após o declínio do movimento associativo que era muito forte no fim da II Guerra Mundial. Com o progresso económico das sociedades industriais da Europa, o facto de haver bastante dinheiro para gastar, o facto também de se pretender impor um projecto burocrático, tecnocrático, de sociedade levou à criação deste tipo de Casas da Cultura e de outras instituições construídas da mesma forma, pelo Estado, para o benefício das populações. Actualmente, entrámos numa fase de crise para essa estratégia governamental. Mas o movimento associativo em muitos países não reconquistou ainda, de modo nenhum, a força que teve há 20 anos atrás; ainda está numa perspectiva estritamente “sindical”, isto é, em que a população se organiza para exigir do Estado, tal como a classe operária se organiza para exigir do patrão. Os consumidores de cultura, os consumidores de “saúde”, os consumidores dos serviços de assistência social, tentam organizar-se, quase em moldes sindicais, para reivindicar mais da parte do Estado. Creio que é um processo bastante diferente do que estamos a viver hoje aqui em Portugal, onde não há a tradição sindical que existe na maior parte dos países europeus e que possa alastrar aos próprios consumidores de serviços públicos. Aqui, o movimento associativo não foi ainda neutralizado à força de instituições pagas pelo Estado. Penso que temos muito a discutir, e até a aprender, das experiências estrangeiras, mas não é no sentido de dizer “vamos atrás deles” ou “eles já vão mais à frente do que nós”. Talvez, pelo contrário, em certos assuntos, eles terão muito a aprender também connosco: a experiência de Portugal desde os anos de 74, no campo da educação de adultos e educação popular e tudo o mais é visto em muitos países como algo deveras inovador. Caíram numa educação de adultos muito burocrática, numa educação de adultos muito escolarizada, e de repente descobrem que em Portugal se tentam vias novas pelo facto de haver uma avaliação diferente para o adulto ao nível do primário, por se considerar oficialmente o colectivo de adultos-estudantes como um pilar do sistema de educação permanente a construir, etc.

LS – Tenho a impressão que caímos no último ponto que pensámos falar, o do papel da educação popular na educação formal. Também tenho sentido um bocado isso, normalmente é muito difícil fazer compreender como é que nós, ainda ao nível da alfabetização para todos, pretendemos já um projecto de educação permanente e não de educação escolar, tradicional. É normalmente mal entendido. Quando falamos com pessoas ligadas ao ensino em França e até com responsáveis de organismos internacionais, temos uma

certa dificuldade em fazer-lhes entender esta perspectiva. Entretanto, vemos certos movimentos ligados à escola tradicional olharem para esta abordagem com uma certa simpatia. Não poderá este movimento de educação popular, que já deu um tipo de certificação diferente através da perspectiva da educação permanente à própria alfabetização, ter alguma coisa a ver ou poder inflectir ou ser mais um instrumento para ajudar a pensar a escola tradicional?

AM – A minha aposta seria no sentido de fazer do movimento associativo ligado à educação de adultos, fazer da educação popular, um motor de reforma radical do próprio sistema escolar. Claro que, se se aceita esta aposta de reformar o ensino pela via da educação popular e da educação de adultos, aceita-se a luta, aceitam-se os inevitáveis conflitos e até situações de coordenação ou cooperação com os sectores escolares. Daí os riscos de recuperação, daí problemas de conflito institucional e outros. Em alguns países que conheço, a educação popular escolheu uma via marginal, talvez uma via de facilidade, uma via em que tentou desenvolver-se totalmente à parte do sistema escolar, com a preocupação de não entrar em conflito, nem sequer de equivalências, em relação ao sistema formal de ensino. Houve uma cisão muito grande entre o sistema escolar e a educação de adultos, vista esta por exemplo como a prossecução de certo tipo de projectos, desde a criação de uma cooperativa (toda a educação necessária à criação dessa cooperativa) à reconstituição da história local da aldeia, do bairro ou da região; projectos socioculturais que exigem e permitem um certo tipo de educação, mas onde tudo termina ali, como actividade pontual.

Na nossa perspectiva, aqui em Portugal, claro que essas experiências podem ser bastante úteis e podem parar também por aí. Num país como o nosso, em que a educação como escolarização é tão reduzida, e foi tão reduzida durante os anos de fascismo, em que, portanto, as pessoas sentem a necessidade de uma maior escolarização, até por questões sociais e profissionais, para se valorizarem através da obtenção de diploma ou certificado, eu creio que o problema da relação educação popular / escola se coloca com maior acuidade do que noutros países. Aqui, após a primeira fase em que o adulto-estudante pode ver a educação pela educação, a cultura pela cultura, surge realmente a imposição social de se ver isso reconhecido com um diploma, com um certificado, por questões de emprego, por questões de prestígio, etc. Portanto, eu creio que há uma reivindicação social no sentido de, através da educação popular, através da educação de adultos a nível associativo, se conseguir o acesso ao sistema formal de ensino. Não como preparação a exames de admissão para as escolas existentes, mas exigindo que aquilo que fazem e como o fazem seja já considerado como educação e, como tal, passível de certificação. E é neste sentido que se pode falar da criação de uma carreira paralela para o adulto. Que seja possível estabelecer um tipo de carreira para o estudante adulto fora dos quadros rígidos da educação burocrática, tentando, a determinados níveis, uma equivalência

Não foi neste sentido que, anos mais tarde, Alberto Melo e a sua equipa desenvolveram em Portugal o programa RVCC (Reconhecimento, Avaliação e Certificação de Competências) a partir das histórias de vida dos participantes, validadas num referencial de competências?

Mais importante do que saber de cor os conteúdos dos programas seria adquirir/desenvolver competências que permitissem à pessoa continuar a pesquisar de acordo com as suas necessidades.

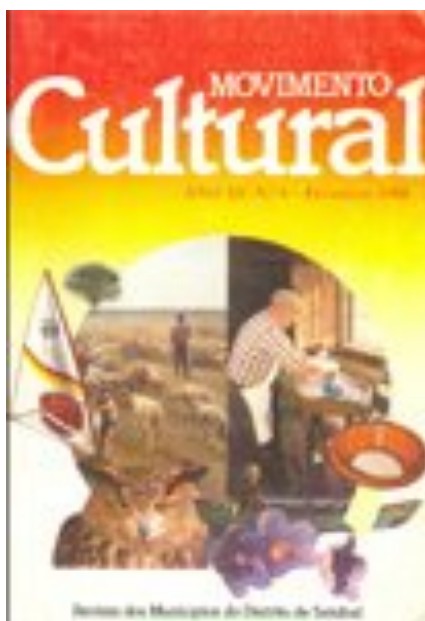
Muitas destas atividades de JMG acabaram por ser percussoras de inovações importantes na educação em Portugal, sobretudo no campo da educação de adultos.

Carece ser estudado!

de certificação escolar em relação à actividade educativa e cultural que o adulto está a realizar fora dos muros da escola.

Portanto, um dos aspectos de ligação seria este, o de equivalências possíveis. Outro aspecto da ligação entre educação popular e escola é precisamente aquele de que se falava há pouco, a horizontalidade do movimento associativo na educação. É provável que o adulto inicialmente formado dentro de um quadro associativo, mesmo quando em certos períodos da sua vida seja levado a estruturas escolares mais formalizadas, resista à educação burocrática e resista ao tipo de ensino convencional, tentando reorganizar essas aprendizagens numa perspectiva horizontal (e não por disciplinas). Isso parece-me difícil, se o adulto vier para a escola sozinho, mas se o adulto vier como colectivo, tudo se torna mais fácil. É, por exemplo, o caso da experiência das “150 horas” (mais tarde, 160) de que usufruem os trabalhadores italianos para fins educativos, que foram utilizadas na sua maioria por trabalhadores que não tinham obtido ainda o certificado do ensino secundário. Isso não foi feito através de cursos nocturnos, em que o trabalhador-estudante venha à noite ao liceu ou à escola secundária, mas foi feito através de uma negociação prévia entre colectivos operários, firma por firma, empresa por empresa, e a escola local. Deste modo, o colectivo de trabalhadores e os potenciais docentes discutiram o que é que queriam estudar e ensinar e como. Perante o objectivo, que era o exame final do ensino secundário, negociaram conteúdos e metodologia para lá chegar num ou dois anos. Aí já houve, dentro da educação de adultos, uma possibilidade de reformular todo o ensino a partir do próprio adulto, não se decidiu burocraticamente com base num programa estabelecido pelo ministério. Graças a esta negociação prévia, acabaram com as disciplinas para os adultos a este nível: em todos os esquemas que conheço, o aspecto da disciplina escolar foi ultrapassado e os docentes aceitaram dar os conteúdos do programa dentro de áreas de problemas previamente escolhidas, 3 ou 4 por ano, desde o desemprego à crise de habitação. Aí está outra perspectiva em que a ligação educação de adultos / sistema de ensino pode levar a certas reformas radicais deste último.

Depois, podemos ainda ver a educação popular como um processo de recolha e encorajamento à criatividade cultural das populações, com o aproveitamento dessas produções para os próprios textos e outros materiais didácticos dentro da escola, para crianças, para adolescentes e para adultos. Uma utilização da cultura popular neste sentido também me parece um importante meio de possível relação. No domínio da docência, por fim, creio que também seria fundamental a intervenção e a participação da população adulta junto das escolas de crianças e adolescentes: elementos da comunidade convidados para, em determinadas matérias, virem conversar dentro das escolas e participar na discussão de certos problemas de que têm afinal mais conhecimento directo do que o próprio professor profissionalizado.



Movimento Cultural Ano III - nº 4 - fevereiro 1988

Associação de Muncípios do Distrito de Setúbal

O PAPEL DAS ASSOCIAÇÕES NO DESENVOLVIMENTO

Lucília Salgado

I - Desenvolvimento e participação das Associações

Antes de começarmos a tratar do papel das associações no desenvolvimento cumpre esclarecer a que tipo de desenvolvimento nos referimos. Para além de nos situarmos no quadro da distinção já clássica entre *desenvolvimento* e *crescimento*, entendemos que desenvolver é algo que abarca a globalidade dos indivíduos e das sociedades, não se podendo privilegiar um campo sem atingir os outros - o desenvolvimento socioeconómico interliga-se com o cultural, assim como desenvolver a personalidade do indivíduo aparece de mão dada com vários aspectos de ordem social. Implica ainda concepções de bem estar, de possibilidade de criar, de produzir, de usufruir quer se trate de pessoas, de grupos, de comunidades, de regiões, de países ...

Embora outras concepções de desenvolvimento tenham tido que reconhecer este pressuposto entendemos que não é possível existir desenvolvi-

mentos em *participação* dos interessados. A democracia só existe com participação e parece que o grande salto histórico que na presente crise vivemos encontra, a vários níveis de desenvolvimento, a sua significação na necessidade de maior e mais alargada implicação do cidadão na sua vida individual e colectiva.

Progressistas que somos, é esta a nossa opção.

Uma das razões que tornou quase que pacífica esta constatação da necessidade de participação encontra-se nos “bloqueios” que as populações terão oposto aos vários tipos de projectos de desenvolvimento que, duma maneira ou de outra, implicava as suas vidas.

Estes bloqueios aparecem, muitas vezes, mesmo quando se pretende implicar as populações dando-lhes a conhecer o projecto. A atribuição destas dificuldades a razões de tipo linguístico ou mesmo cultural, não pode deixar esconder um outro tipo de questões: as relações institucionais, expressas em representações, atitudes e comportamentos estabelecidas entre os proponentes e as populações envolvidas.

A desigualdade referida atribui-se ao facto de que qualquer técnico não tem para as populações a imagem de uma pessoa apenas (que, realmente não é) mas representa uma instituição poderosa, anónima. O indivíduo ou o grupo encontra-se indefeso face a esse poder. Seria necessária, pelo menos, a possibilidade de estabelecer um diálogo instituição a instituição.

Apesar das autarquias serem hoje instituições de diálogo com as populações, teremos que reconhecer que elas não nascem do seio das populações, que se movem numa lógica estabelecida exteriormente, incontrolável no sistema cultural das relações quotidianas. As únicas instituições criadas pelas necessidades de grupos e comunidades são as Associações.

Os seus responsáveis são conhecidos (têm uma cara), os seus participantes sabem-se mexer nos seus espaços, sabem controlar as relações existentes. Os poderes “desviantes” que alguma inércia possa gerar são facilmente entendidos e desmontados.

Na Associação, que é sua, o sócio sente-se pessoa, valorizado. Ora, nas relações de poderes estabelecidas por instituições burocráticas ou por certas dinâmicas de desenvolvimento, as populações são reiificadas (tratadas como coisas, como números) e, com um outro discurso, inferiorizadas. Se atendermos à constatação de Levi-Strauss (*Tristes Trópicos*) de que nenhuma cultura será capaz de produzir algo válido se não se sentir superior, perceberemos facilmente o insucesso de tantos projectos quer nos domínios socioeconómicos quer mesmo educativos ou culturais.

As Associações não apenas permitem e facilitam a participação (porque esta implica uma compreensão global dos processos) como as relações estabelecidas são de superioridade (dos valores locais, dos *ser* e dos *ter*) das populações envolvidas. A possibilidade de diálogo encontra aqui um quadro referencial comum que estabelece canais de interrelação com o exterior. Apesar de existirem hoje Associações muito diferentes nas suas características (desde os objectivos às regras de funcionamento) e nas pessoas e grupos envolvidos, não deixam de verificar a lógica acima enunciada, porque se criam para defesa de interesses comuns, entendidos pelos que neles se envolvem.

II - Contributos das Associações para o desenvolvimento. Relembrar.

Ao contrário do que acontece em alguns países, há em Portugal uma grande tradição associativa aparecendo ligada à resolução de inúmeros e diversos problemas das populações. Relembremos, a título exemplificativo:

No *campo cultural* as Associações permitiram (e permitem) não apenas a defesa e o desenvolvimento da nossa cultura como, nesse quadro, o acesso ao conhecimento, ao saber, às expressões produzidas exteriormente. Cite-se, no primeiro caso, todo o trabalho de pesquisa e desenvolvimento da nossa música popular (e até erudita), das danças, dos falares e culturas regionais, do artesanato, das indústrias locais, etc. O que hoje é reconhecido como Património Nacional partiu das acções e pressões exercidas pelas Associações sobre os poderes públicos. Igual exemplo se passou em relação ao Património Natural: foram as Associações ecológicas e outras me-

nos específicas mas com esta preocupação que iniciaram um processo a que os responsáveis nacionais tiveram que aderir e responder

No acesso às culturas exteriores e/ou às trocas culturais no interior do país, foram as Associações que, não só nos anos em que tais trocas eram dificultadas e mesmo reprimidas, organizaram Bibliotecas, Cine-Clubes, Colóquios, Exposições, espectáculos de Música, Teatro, excursões culturais, etc. Se hoje o nível cultural da população portuguesa não é tão baixo, agradecimentos públicos sejam prestados às Associações.

No *campo educativo*, temos igualmente exemplos bastante relevantes. Indiquemos três:

Foram as Associações de trabalhadores emigrantes que organizaram os primeiros cursos de Língua e Cultura portuguesa, para os seus filhos escolarizados em Escolas estrangeiras. Hoje, esses cursos foram completamente assumidos pelo Ministério da Educação e integrados no sistema de ensino.

Foram as Associações que se lançaram no processo de Alfabetização e Educação de Adultos. A sua actividade foi tão importante que a Lei 3/79 a reconhece, o Plano Nacional de Alfabetização e Educação de Base de Adultos inspira as suas recomendações pedagógicas nas práticas associativas e o Conselho Nacional de Alfabetização e Educação de Base de Adultos (órgão da Assembleia da República) reconhece às Associações um lugar importante no seu seio. No campo teórico do conhecimento educativo, as práticas de educação popular desenvolvidas no campo associativo foram em 1976 reconhecidas por uma Portaria do M. E. como actividades de Educação Permanente, exemplificadas e consagradas no livro de Alberto Melo e Ana Benavente «Educação Popular em Portugal - 1974/76». Neste sentido, fizeram emergir um outro modelo de aprendizagem que permite hoje, em Portugal, fundamentar críticas e propor alternativas em alguns aspectos do sistema formal de Ensino.

Um outro campo de intervenção das Associações no domínio Educativo refere-se à organização de actividades de Animação Socioeducativa para a infância e juventude. Embora os poderes públicos comecem agora timidamente a reconhecer o interesse educativo de tais actividades, a sua existência nas Associações verifica-se há já muitos anos, tendo mesmo permitindo uma certa reflexão pedagógica (ver Revista Intervenção) hoje de grande

actualidade.

Perante as dificuldades de inovação com que se debate o actual sistema de Ensino, forçados seremos a reconhecer às Associações um papel determinante na Educação e Desenvolvimento das crianças, adolescentes e jovens.

Apesar de muitos não verem nas colectividades senão sítios de jogar às cartas ou beber uns copos, as Associações têm sido de grande importância no desenvolvimento do *Bem-Estar* das populações. Elas foram e são ainda locais de convívio, de resistência à alienação do quotidiano das fábricas, da televisão, do isolamento em arranha-céus despersonificados. São locais de encontro, de comunicação, de festa, de solidariedade. A saúde psíquica da população portuguesa deve muito às Associações.

A título de exemplo, poder-se-ia propor aos poderes públicos, hoje tão preocupados com a inserção social dos jovens, um estudo sobre a maneira com que se dá a sua inserção natural nas Associações.

Ainda nesta área seria injusto não referir o incremento de actividades desportivas de crianças e adultos. Os grandes clubes poderão explicar onde foram sempre arranjar os seus melhores elementos, embora não possamos dizer que seja aqui que se situa o grande mérito das Associações mas sim nas efectivas actividades que promovem.

A nível *socioeconómico*, para além da solidariedade que permite, em situações de crise, que muitas pessoas continuem a existir embora em subsistência, as Associações formal (organização de colóquios, debates com responsáveis) ou informalmente (através de conversas, trocas de experiências) têm tido importante intervenção positiva. Sabemos que muitas cooperativas (elas próprias associações) nasceram de estruturas associativas. Alguns empregos são criados igualmente a partir destas estruturas.

Igualmente a resolução de problemas sociais provocados por um certo tipo de desenvolvimento tem encontrado resposta nas estruturas associativas. Referimos, a título de exemplo, problemas relacionados com a habitação, a terceira idade, a saúde e higiene colectiva, a defesa do consumidor, etc.

Uma área que tem merecido pouca análise e nos parece das mais importantes refere-se à *formação de Recursos Humanos*.

Que escola formou os autarcas com capacidade de resolução dos problemas das populações senão a participação a vários níveis (organização, gestão, intervenção) nas lides associativas? Um estudo, mesmo não exaustivo, demonstraria que muitos dos técnicos que assumem as suas profissões de âmbito social, com responsabilidade, sem comodismos mas com luta pela capacidade de realização tiveram a sua formação em tarefas associativas.

Igualmente, muitos jovens viram despontar vocações e orientações profissionais, aprenderam capacidades e desenvolveram atitudes fundamentais, enquanto profissionais e cidadãos, na participação na vida associativa.

III - Perspectivas de Desenvolvimento e Associativismo

Segundo alguns autores do desenvolvimento as perspectivas de produção e distribuição social estão a mudar, mudarão com a saída da presente crise económica: as grandes unidades industriais empregadoras de centenas e milhares de operários desqualificados, de grande consumo energético e alta poluição, serão substituídas por pequenas unidades industriais, de elevada produtividade, baixo consumo energético, exigindo grande autonomia e competência do seu pessoal. Igualmente se esperam novas vias de iniciativa produtiva, esperando-se o aparecimento de actividades locais. As Iniciativas Locais de Emprego, propagadas pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional parecem vir neste caminho.

No entanto, muitos bloqueios têm surgido, devido até à incapacidade de se verem os problemas globalmente, de falta de debate com as populações implicadas.

Como se demonstrou, as Associações puderam evidenciar a sua eficácia de resolução e capacidade de diálogo quando chamadas à participação.

Iniciativas Locais de Empregos, Projectos de inserção social e profissional de jovens, de desenvolvimento local, de reconversão da agricultura, de desenvolvimento turístico ou ainda de melhoria do nível de saúde e higiene,

de desenvolvimento cultural e educativo, de abertura das escolas aos problemas das regiões nomeadamente dos próprios alunos, veriam facilitada a sua resolução com o recurso ao Associativismo.

No entanto, muito está ainda por fazer.

As Associações, ao contrário do que acontece noutros países, em vez de serem consideradas *partenaires* de grande valor público, prestam serviços ao país em situações de subsistência, entendendo-se os subsídios acordados pelos serviços públicos como um favor prestado e, nalguns serviços estatais, quase que como uma esmola. Mesmo quando a Lei reconhece um determinado tipo de actividades, os poderes publicos dificilmente aceitam transformá-lo no apoio devido. A título de exemplo referimos a Lei 3/79 de Eliminação do Analfabetismo que diz expressamente: «O Estado reconhece e apoia as iniciais existentes no domínio da alfabetização e Educação de Base de Adultos, designadamente as das associações de educação popular, de colectividades de cultura e recreio, de cooperativas de cultura, de organizações populares de base territorial, de organizações sindicais, de comissões de trabalhadores e de organizações confessionais» (Art.º Iº).

Vejamos o que se passou: em primeiro lugar determinou-se que só seria concedido apoio a quem fizesse Alfabetização (restringiu-se a Educação de Base); depois, para uma Associação ter apoio deveria ter estrutura reconhecida pelo notário (eliminou-se a possibilidade de inscrição na DGEA/DGEP que existia anteriormente); teria ainda de ter parecer da autarquia (o que cria problemas políticos e não reconhecimento em algumas zonas); as Coordenações Distritais da DGEA/ M. Educação dariam ainda o seu parecer e, por último, exigiu-se ainda ... o parecer do Governador Civil!

Num certo ano, no Distrito de Lisboa, só instituições de cariz religioso seriam subsidiadas. Ultimamente, a perca de perspectiva associativa expressa no PNAEBA e na Lei 3/79 atinge o cume ao encarar as associações como se fossem estruturas formais de ensino, exigindo, para atribuir subsídios, um número mínimo de participantes por curso e dando prioridade a participantes com menos de 25 anos! O Estado acabou não reconhecendo, de facto, as actividades associativas neste domínio.

Ao contrário do que acontece na Europa, nomeadamente em países da Europa do Norte, as Associações são reconhecidas e consideradas parceiros indispensáveis.

Em França, a Lei de Inserção dos Jovens na Vida Activa (16/18) foi quase deixada à realização das Associações. Na Bélgica, todos os anos vem expressa no Orçamento -Geral do Estado a dotação concedida às Associações existindo regulamentação que especifica os modos de atribuição. As Associações são tidas nestes países como importantes factores - e neste momento até motores – de Desenvolvimento. Basta ver a facilidade de constituição de Associação que a Lei de 1901 regula em França. Neste país, antes do Projecto de Regionalização ter passado, já existiam Associações de base regional - nomeadamente de Coordenação Regional de determinadas actividades - constituídas por conjuntos de instituições ou profissionais actuando numa área.

Num momento de grande risco para Portugal, de, ao estarmos inseridos na CEE, encetarmos um certo tipo de desenvolvimento acelerado deixando de ser o que somos, quer se perca ou ganhe a corrida, deveríamos olhar para as nossas Associações como base de sustentação. Só elas serão capazes de abordar os problemas globalmente, participando no nível económico mas sem perder de vista o cultural e educativo e, sobretudo, o bem-estar das populações implicadas. Em suma: defendendo os nossos interesses.